

# *Cobertura política*

*Carlos Castello Branco*

Quase ao mesmo tempo em que apareceu para atender à necessidade de difusão da notícia, a imprensa transformou-se em instrumento de ação política. Desde que os Estados se liberalizaram, suprimindo a censura, ela foi freqüentemente apenas o panfleto, identificando-se com partidos e seitas. Isso aconteceu um pouco por toda a parte, no Ocidente, sem prejuízo de progresso da imprensa literária, científica e de informação financeira.

Jornais e revistas, no entanto, na medida em que se criava um mercado importante de consumo de notícias, foram-se organizando em empresas de certa estabilidade que encontraram o equilíbrio na fartura e objetividade da informação e na moderação e consistência das opiniões.

Tirante a imprensa meramente comercial, que se contenta em vender certo tipo de notícias, a maioria dos periódicos procura ainda seguir linha doutrinária que os aproxima de correntes políticas, sem compromisso com as posições imediatas dessas correntes. No Brasil de hoje, por exemplo, é relativamente fácil identificar à direita, ao centro ou à esquerda a posição de nossos jornais sem que geralmente eles se sintam no dever de atender a interesses de facções.

A imprensa brasileira já atingiu o estágio industrial e se organiza em empresas cuja independência vai-se situando na razão direta de sua solidez

financeira e da sua autonomia econômica. Sobrevivem ainda alguns panfletos políticos, que atendem a uma clientela radical, ou pequenos jornais de partido, sem significação maior no quadro geral.

No entanto, a imprensa engajada não é entre nós o fato tão longínquo que tenha de ser estudado nos manuais. Os grandes jornalistas políticos de um passado recente acabam apenas de morrer. A eles se vinculam ainda um jornalista como Carlos Lacerda, que sistematicamente trocou o jornal pela cadeira de deputado e o cargo de governador. Ainda hoje, toda vez que há uma causa que afeta a opinião pública, os jornais se dividem ou se unem para posições militantes.

O fato, porém, é que a ampliação da clientela, a necessidade de tornar-se veículo idôneo de publicidade comercial que lhe financia substancialmente os custos, e a crescente independência da opinião pública das cidades impuseram aos jornais padrão de eficiência informativa e de tolerância. O pensamento da direção, que tende a ser elaborado como expressão dos interesses gerais da empresa, despersonaliza-se e procura exprimir-se na base de ajustamento às idéias visíveis da comunidade. O jornal veicula e exprime, e cada vez mais orienta apenas na medida em que veicula corretamente e exprime adequadamente.

O tipo do jornal moderno, montado na base de grande empresa, deu condições ao trabalho profissional do jornalista, refletindo-se sobre sua mentalidade e pondo-o a serviço de novas realidades. Os jornais dificilmente se interessam hoje por artigos de posição, a não ser em seções especializadas em que a própria posição polemiza no plano da idéia. O panfleto sobrevive quase que como curiosidade ou se afirma na emergência de grandes crises políticas ou sociais. A rotina é a informação e o comentário apenas elucidativo.

O jornalista profissional, o que trabalha para as empresas, é alguém que tem deveres específicos de informar, comentar e até opinar, desde que o faça desengajadamente, ou seja, sem estar a serviço de partido ou de facção.

## **Suspeitas**

No entanto, a confusão ainda é grande e todas as pessoas engajadas numa luta qualquer, política, econômica, ideológica, científica, literária, etc., estão sempre na expectativa de que o jornalista se descubra, quando não exigem dele definição. A última coisa que um deputado, por exemplo,

acredita é que o repórter se interessa apenas pelo fato e pela notícia. Na sua malícia profissional, ele sempre vê no repórter o agente de um outro deputado ou de uma outra corrente política, que não a sua.

Quando o político é militar, menos afeto à sinuosidade do jogo pessoal, suas suspeitas costumam ser mais graves, na medida em que delas podem resultar elementos para as fichas dos serviços de informação.

É difícil evitar o depoimento pessoal em palestras como esta, sobretudo quando não se tem a ciência indispensável para ficar nas construções gerais.

## Decepção

Vou contar, portanto duas desastrosas experiências que tive recentemente, ambas com militares. Na primeira, um coronel convocou-me para uma conversa, que imaginei altamente informativa. Fui. Era o apartamento de um deputado. Logo percebi que ele não tinha notícias a me dar, mas pretendia convencer-me de que a imprensa é fator decisivo na guerra psicossocial contra o comunismo e que lhe parecia um crime jornalistas de influência não participarem da mobilização da opinião pública contra a subversão. A conversa não me interessou, pois fugia ao meu campo específico de operação. No dia seguinte, soube do resultado: o coronel considerava-me irremediavelmente perdido, um cético e um comerciante de notícias.

Outro coronel convidou-me à sua própria casa, a mim e a dois outros jornalistas. Recebeu-nos com finura, quase carinhosamente. Não tentou o aliciamento direto, mas procurou transmitir sua maneira de pensar sobre homens e coisas do País. Tratava-se de um radical, patriota sem dúvida, mas com ideias confusas. Sem quebrar o respeito devido a uma conversa informal, em ambiente de confiança, aludimos, no dia seguinte, Evandro Carlos de Andrade e eu, ao que nos pareceu ser a posição do coronel, que se me afigurava expressão de um movimento romântico. O coronel reagiu com veemência. Em artigo publicado no Correio Brasiliense, sob pseudônimo, lamentou que colunistas políticos no Brasil fossem apenas antigos secretários de redação que não amadureceram convenientemente, pois os anos se passaram sem que violassem com leituras a sua ignorância.

O coronel certamente terá razão em diagnosticar a pobreza dos meus conhecimentos, sobretudo no que se refere às técnicas modernas de democracia direta. O que lhe escapou foi a própria natureza da minha profissão e do meu dever. Quando ele chamou três repórteres para conversar

sobre ideias políticas, cometia erro essencial de pessoa. Não era conosco que ele queria conversar.

## Um caso

Já que estou no terreno da experiência pessoal, continuemos nele, quando nada por técnica de dissertação.

Ao começar a freqüentar a Câmara, em 1946, sentavam-se na bancada de imprensa diversos jornalistas políticos do velho estilo e uns poucos repórteres que começavam ali outro tipo de experiência. Prudente de Moraes, neto, Carlos Lacerda, Osório Borba, Rafael Correia de Oliveira, os irmãos Mota Lima e, indecisos entre uma fonte e outra de inspiração, Odilo Costa, Filho e Pompeu de Souza. Naquele momento, porém, toda a imprensa carioca vinha de uma batalha contra a ditadura de Getúlio Vargas, batalha que se irradiava ainda nos ímpetus cívicos da UDN. Os jornais em que trabalhávamos eram quase todos udenistas, vinculados ainda à causa recente e desejosos de explorá-los para o que supunham ou diziam ser a luta pela regeneração da sociedade política do País. A atmosfera em que nos formamos como repórteres e comentaristas políticos perdurou longamente e só se desfez realmente depois da segunda deposição de Getúlio Vargas, com a diversificação de posições dos jornais e, de nossa parte, o melhor conhecimento dos homens e dos fatos políticos.

Cabe, a esta altura, frisar que não ignoramos que, em momentos especiais, ao dever profissional do jornalista, se somam outros deveres, de membro de uma comunidade oprimida, como no tempo da ditadura, ou ameaçado. A isenção, que deve ser a nossa atitude profissional, não exclui o jornalista do quadro social nem o aliena de realidades que ameaçam o próprio exercício da profissão. Na medida do seu esclarecimento e da sua independência, jornais e jornalistas devem estar atentos a conflitos que separam determinadas situações dominantes da opinião pública em seu conjunto e configurem problema que transcende partido e facções para se transformar em problema nacional. A filosofia inerente ao jornalismo e a vocação natural do jornalista o conduzem ao exame dos fatos sob o ângulo que as circunstâncias identificam como sendo do interesse coletivo.

## Isenção

Mas a isenção, como disse, parece-me ser a atitude profissional necessária do jornalista em geral e em especial do jornalista político. Pouco importa que ela seja inatingível, pois a cada instante agimos como um ser embebido de experiências pessoais e irremediavelmente condenado a uma visão pessoal do mundo e das pessoas. Mas é claro que podemos ter por norma a não participação e por defesa a recusa ao envolvimento. Isto é o que concretamente exige de nós a profissão e é a atitude de maior rendimento para o trabalho.

É claro que há naturezas para as quais tal coisa é extremamente difícil, mas por isso mesmo é que há pessoas mais bem dotadas do que outras para uma profissão.

Aquelas que têm mais possibilidades de se situar imparcialmente diante de situações polêmicas serão as mais bem dotadas para a profissão de jornalista. Isso é o contrário do que acontecia antigamente, quando um jornalista era tanto mais excitante e eficiente quanto maior capacidade de paixão pudesse demonstrar e exercer.

É possível que o jornalista político, profissionalizando-se e neutralizando-se, tenha perdido em brilho, mas ganhou certamente como eficiência, como serviço. Ao lado da minha mesa, nos idos de 1964, um dos melhores jornalistas da atual geração de cronistas políticos redigia com raiva e com lágrimas o relato do golpe de Estado daquele ano. Seu texto era impecável na objetividade e limpeza. Ele conseguiu distinguir e isolar seu dever jornalístico da emoção partidária.

Há algumas semanas, contei em São Paulo a estagiários de uma empresa local fatos para demonstrar o tipo de deformação que estamos sujeitos no jornalismo político. Não se trata apenas de contaminação política, mas também do sentimento de importância que aflora freqüentemente à alma do repórter que convive com pessoas e fatos importantes. São sentimentos diferentes, mas ambos com igual resultado no exercício da profissão. Tanto faz para o jornalista sentir-se solidário com uma causa como considerar-se por contágio o centro dos acontecimentos. O repórter que freqüenta como tal a casa de um general e supõe ter sido o autor do golpe de Estado que se desfêcha em seguida equivale ao que deforma por paixão partidária.

O que vou contar não é anedota. Passou-se realmente. Em fins de 1945, um colega de redação no O Jornal contou-me como tinha tramado com Virgílio de Melo Franco e o Brigadeiro Eduardo Gomes a deposição de Getúlio Vargas. Estarrecido com a revelação, procurei comentá-la com outro colega, que, na época, entrevistava o General Góis Monteiro. Ele riu, criticou o amigo comum. Depois, chamou-me ao café e não resistiu: “Você sabe – disse ele – esse golpe não teria saído sem mim e sem o Góis”.

Outro veterano repórter político, ligado aos mineiros, considerava-se o autor e principal articulador da fórmula mineira na sucessão presidencial de 1950. Tratava-se de uma tentativa de acordo entre o PSD e a UDN, através do qual ao PSD apresentava quatro nomes para que a UDN escolhesse dentre eles o candidato. A fórmula malogrou, mas foi sob inspiração dela que surgiu a candidatura de Cristiano Machado. Meu colega, já então no Diário Carioca, irritou-se com o resultado. Abertas as urnas, com a avalanche de votos para Getúlio Vargas, encontrei-o a descer solene as escadarias do Palácio Monroe. Como o provocasse, ele respondeu: “Não quiseram me ouvir”.

Outro repórter, meu amigo, satisfaz-se com a intimidade dos políticos e adota o lema gaúcho de que amigo está acima de tudo. Embora sem se comprometer, pois é homem honrado, ele não comete inconveniências. Costuma publicar pouco do que sabe, mas em compensação sabe tudo, o que lhe dá plena satisfação.

Esse tipo de vaidade dá ao jornalista evidentemente uma falsa noção do seu papel e é geralmente a porta através da qual muitos políticos violentam a consciência profissional do repórter. É o caminho das omissões e das informações interessadas.

Esses fatos são contados para frisar que isenção e humildade são qualidade irmãs e indispensáveis ao bom profissional.

São indispensáveis tanto ao repórter que se inicia e se incumbe do registro de fatos visíveis quanto ao comentarista que, num estágio mais adiantado da profissão, tem o dever de apresentar um quadro mais amplo, mais complexo e mais fiel do episódio político.

## **Definição**

Aqui chegamos a um ponto importante para a definição de modos de tratar a informação política. O repórter que se obriga a contar o que se viu e a transmitir o que ouviu, na notícia impessoal, subordina-se à linha de

objetividade narrativa comum a todos os setores da reportagem. Ele não pode, ou pelo menos não deve interferir nos fatos, mas apenas transmiti-los dentro do melhor processo técnico, a partir do *lead*.

Seu trabalho é evidentemente importante, mas não é suficiente. O episódio político tem conotações próprias e a fato se insere num contexto que deve ser esclarecido. A notícia nua e crua não o revela em todas as suas nuances. Ele deve ser didaticamente desmontado. Essencialmente dinâmico, muda de aspecto de hora em hora. É impreciso e sinuoso e muitas vezes ameaça ser e não é. Está em permanente elaboração. O que é lógico: a política é uma constante divergência e conciliação, um indeterminável processo dialético.

O comentarista, afastando-se aparentemente da objetividade narrativa, procura, na sua análise, e apesar da impressão em contrário que possa produzir, uma precisão maior. Cabe-lhe tentar a captação de todos os fatores, de todas as circunstâncias em que se desenrola e desdobra o acontecimento político. Muitas vezes, o que parecerá imprecisão no esforço de expor situações ricas de virtualidades.

O comentário político adquire assim, freqüentemente, a forma de um tecido sinuoso. O *lead*, que facilita a composição da notícia, é para nós um embaraço. Nossa matéria é rica e volúvel. O fato puro e simples como que nos ofusca e só nos recuperarmos quando a luz dele esmaece e os contornos se tornam novamente fluidos.

Parece-me óbvio, em consequência, que o comentário político pressupõe um armazenamento de informações, uma intimidade com as fontes, um conhecimento do processo, uma capacidade de traduzir situações sem trair a confiança de informantes, enfim uma experiência pessoal, que dificilmente se encontrará num jornalista não amadurecido na profissão. É claro que há sempre exceções: a dos excepcionalmente bem dotados para esse tipo de trabalho.

A transferência do Congresso para Brasília tem dificultado o recrutamento de novos repórteres políticos. Distante dos celeiros que são as redações do Rio e de outras cidades de nível, as sucursais da grande imprensa lutam com dificuldades para identificar vocações no meio ainda pobre da imprensa de Brasília. Geralmente, essas vocações se definem no trabalho comum das redações, onde a diversificação das tendências se vai fazendo por seleção natural. Lá, temos de recorrer freqüentemente a soluções de emergência que raramente são satisfatórias.

## O Congresso

Não há dúvida de que o Congresso é a grande escola do jornalismo político. Não só pelo trabalho específico do Poder Legislativo como pelo contato, que só ali se produz, do repórter com os homens que vão ser ministros, governadores e até presidentes da República. Lá, aprendemos a conhecê-los, homens de todas as regiões, nos seus momentos de fraqueza e de força, numa convivência que nos dá a medida de cada um. Lá nos iniciamos nos debates de todos os tipos de problemas políticos. É claro que hoje isso não é suficiente e muitas vezes temos de fazer curso de extensão nas conversas com coronéis em apartamentos amigos do Rio e de Brasília.

Os que começaram a trabalhar na Guanabara depois da transferência da Capital lutam com bastante dificuldade para identificar, conhecer e selecionar as fontes de informação. Há para eles zonas opacas, que se observam facilmente.

O capítulo das fontes, na cobertura política, merece destaque especial.

Quando o repórter chega à Câmara e ao Senado esta à mercê das fontes oferecidas ou eventuais. Seu trabalho não se organiza. Ele recebe o que lhe dão, geralmente versões em que o informante aparece pessoalmente metido em roupa que não lhe convém ou em que se deforma o papel de adversários. Adversários, para o político, é todo o concorrente, ou seja, adversários são entre si todos os políticos. Essa fase é logo superada, pois o repórter cedo percebe o engodo e bate à porta dos líderes. A princípio é difícil. Quando ele chega e há outros repórteres mais velhos na sala, um silêncio compacto o intimida. Há cochichos que ele não chega a perceber e insinuações que ficam no ar. O que lhe resta a fazer é ouvir o óbvio, receber cópias de notas oficiais, ditados desmentidos (processo habitual de contra-informação ou da desinformação) e respostas evasivas ou retóricas. O repórter chega ao jornal com o bolso cheio de anotações e a cabeça vazia de informações. Pouco lhe foi dado para avaliar os fatos e penetrar na sua intimidade.

Há, assim, um aprendizado das pessoas que a agressividade não supre. É preciso saber quem tem importância e quem não tem, quem está capacitado a dar a informação e quem não está, qual o estilo de conversar de cada um, a manha, o momento de reserva, a chispa de indiscrição. E identificar a evolução dos acontecimentos, através da qual as fontes se deslocam. Quem hoje sabe, amanhã já não sabe, pois o fato mudou de órbita.



## **Intimidade**

É questão de acuidade, mas também de convivência, pela qual uns se impõem à confiança e ao respeito dos outros. O repórter pode gozar da maior intimidade de um político sem que isso envolva compromisso com a posição do político. Pode e deve ouvir dele confidências, que são respeitadas na medida em que toda pessoa deve lealdade a outra, mas sem esquecer jamais que está armazenando subsídios e informações que lhe poderão ser jornalisticamente úteis a qualquer momento. O segredo político tem curta duração. O que lhe é dito em confidência, hoje, amanhã talvez já possa ser publicado, sem que se fraude a confiança de um amigo. É questão de experiência e critério, que se comprovam no exercício continuado e concomitante da profissão e da amizade.

Um político diz mais a um repórter de sua confiança em duas palavras do que dirá a outro em longa entrevista. Certo dia, entrei no gabinete de Martins Rodrigues, sentei-me ao seu lado e ficamos em silêncio. Depois de algum tempo levantei-me e disse-lhe: “Vou escrever sobre o seu silêncio”. Acho que me saí razoavelmente bem. Seu silêncio naquela circunstância estava cheio de sentido.

Ainda em relação à fonte, cabe registrar que a informação política, por maior que seja a idoneidade do informante, é sempre interessante. Ela envolve uma tendência e traduz uma vontade. É normal que assim seja. Cabe, portanto, ao repórter, ter sempre em mente, como referência, a situação do informante no acontecimento e o rumo do seu empenho. Só essa inclusão da informação particular no contexto do fato e dos interesses do informante é que permitirá conjugar dados aparentemente contraditórios para compor a notícia ou o comentário adequado ou realista.

Dentro disso, convém não esquecer que a notícia que vem ao repórter é, em princípio, inferior, como qualidade, à notícia que o repórter obtém por seu próprio esforço. A carga de tendenciosidade dessa notícia oferecida é normalmente muito maior.

## **Vaidade**

De modo geral, e as exceções são pouquíssimas, o repórter deve ter em conta que a publicidade pessoal é objetivo normal do informante político. Somente quando o jornalista e o político chegam a determinado nível

é que podem conversar com relativo esquecimento dessa reivindicação. Muitas vezes, o deputado ou o senador não quer que se vincule seu nome a determinada notícia, da qual foi a fonte, mas espera, como compensação, ver seu nome impresso quando isso lhe interessar. Há uma barganha, na qual o jornalista cumpre sua parte na medida do interesse que lhe oferece a fonte. Há exemplos de políticos cujas carreiras tiveram grande impulso nesse comércio, no qual como que se obrigam a trabalhar para o repórter em troca de sua publicidade pessoal. Trata-se de comércio não declarado, bastante cínico, mas muito corrente. A ele nunca vi repórter se furtar inteiramente.

Tive a propósito algumas surpresas. Na época em que se articulava a derrubada do presidente João Goulart, um militar deputado foi-me preciosa fonte de informações. Por natural cautela, sempre lhe omitia o nome. Um dia ele reclamou: “Você nunca dá o meu nome. Que diabo, eu também sou político!”.

Recentemente em Brasília, ardoroso deputado, que é também um dos melhores jornalistas políticos, participou de manifestações estudantis, sendo vítima de violência junto com outros deputados. Seu nome estava na relação dos feridos, mas no noticiário omitia-se qualquer referência especial à agressão que sofrera. Um acidente de trabalho, mas o rapaz com toda sua experiência, não hesitou em telefonar ao Carlos Lemos, no Jornal do Brasil, para reclamação formal contra colegas que lhe dão perfeita cobertura. Não podia perder aquela oportunidade.

## **Cobertura política**

Vamos tentar agora definir a área de cobertura política. Ela é bastante mais ampla do que geralmente se supõe. Para um jornal de ambições nacionais, como são todos os grandes jornais do Rio, que continua a ser o principal centro de irradiação do País e o único em que a imprensa tem situação nacional e não apenas local, ela alcança órgãos e problemas da direção nacional e das direções estaduais, bem como da direção local. Os fatos políticos são selecionados de uma vasta rede de informações que afluem dos diversos centros de decisão do País, o que dá desde logo uma primeira idéia da sua amplitude.

Por outro lado, a questão política não é apenas a questão oriunda da vida dos partidos em que se organiza, ou deve se organizar, a opinião pública

nacional. Toda decisão de governo é, em essência, uma decisão política e afeta politicamente a comunidade e especificamente os quadros políticos. Por outro lado, os tribunais superiores são frequentemente convocados a proferir decisões de repercussão política. O Supremo Tribunal Federal, O Tribunal Federal de Recursos, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, o Tribunal Superior do Trabalho, os tribunais regionais de âmbito local interferem, com seus acórdãos, no processo de governo.

No Executivo, além da presidência da República e dos Ministérios, há numerosos órgãos que produzem fatos, que originariamente por sua repercussão geram modificações políticas. São eles notadamente os que têm responsabilidade no comando econômico e financeiro.

Acrescenta-se a isso a freqüente manifestações políticas de órgãos de classes patronais e operários, e de entidades cívicas e estudantis, bem como a intensa atividade das organizações políticas clandestinas, que não cessam de produzir fatos e situações.

Dessa maneira o número de repórteres que faz cobertura especificamente política ou eventualmente política é muito grande. São todos os que cobrem setores nos três ramos do poder público e outros.

Uma editoria política bem organizada tem de receber cópia de um vasto arsenal de notícias, para ajustá-las e compô-las num esquema de cobertura política, e não apenas o noticiário dos debates do parlamento e dos correspondentes especializados de Brasília e das capitais dos estados.

Para se ter uma ideia da extensão da rede de informações políticas do Jornal do Brasil, basta dizer que praticamente toda a sucursal de Brasília trabalha com esse objetivo. Somos três repórteres especializados em política, três na cobertura parlamentar, um no Palácio do Planalto, um nos Tribunais Superiores e cinco nos Ministérios que ali funcionam, ao todo 13, com o suporte logístico de dois secretários de redação, dois plantonistas, um gerente, uma secretária, duas telefonistas, dois teletipistas, três motoristas e dois serventes, um conjunto de 28 profissionais. Nem tudo é notícia política, mas o grosso o é.

## **Política interna**

A referência na política brasileira é, quase sempre, a situação interna, ao contrário do que acontece nos grandes centros mundiais em que tudo

encontra sua ênfase no quadro da situação internacional. Há, no entanto, uma correlação crescente entre o que se passa no mundo e o que ocorre no Brasil. Esse é um campo novo ainda não atingido sistematicamente pela cobertura política na imprensa brasileira.

O problema da área de cobertura está definido aqui em termos de rotina e de normalidade. Quando a situação é excepcional, quando se caracteriza estado de convulsão, transbordando a crise dos quadros de governo para o conjunto de atividades nacionais, aí toda a cobertura se transforma automaticamente em cobertura política. Inclusive a reportagem policial, que costuma ter nessas horas seu instante de glória no cenário político.

### **Nota**

\* Esta conferência foi proferida na III Semana de Estudos Jornalísticos, promovida pela Universidade de Minas Gerais e Jornal do Brasil e publicada originalmente nos Cadernos de Jornalismo e Comunicação do JB, nº 12, 1968.